

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO
PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL
2016**

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ADMINISTRAÇÃO
(BIÊNIO 2016-2018)

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desembargadora Presidente

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Desembargador Vice-Presidente

WALTER ROBERTO PARO
Desembargador Corregedor Regional

Sumário

<i>1</i>	Apresentação	04
<i>2</i>	Referencial estratégico	05
<i>3</i>	Consolidação dos resultados alcançados em 2016	07
<i>4</i>	Evolução do desempenho dos indicadores	30
<i>5</i>	Ações priorizadas para 2017	44

Apresentação

Em cumprimento ao artigo 23 da Resolução nº 201, de 3 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) c/c artigo 1º, §1º da Resolução nº 54, de 5 de setembro de 2016, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região, a Comissão Permanente de Gestão Socioambiental do TRT da 8ª Região, apresenta o Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável (*TRT8 Sustentável*), relativo ao ano de 2016.

O Relatório apresenta o desempenho dos indicadores, metas e iniciativas constantes do TRT8 Sustentável no de 2016, contemplando:

I – o referencial estratégico;

II – a consolidação dos resultados alcançados no exercício de 2016;

III – a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I, da Resolução CNJ nº 201/2015 c/c Anexo da Resolução TRT8 nº 59/2016;

IV – a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano de 2017.

Além de servirem de informação gerencial para tomada de decisão no âmbito institucional, os indicadores do TRT8 Sustentável também são remetidos ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para fins de acompanhamento dos objetivos nacionais de sustentabilidade delineados pela Resolução CNJ nº 201/2015. Nesse sentido, por meio das ações previstas e do sistema de indicadores e metas, o TRT8 Sustentável tem a finalidade de fortalecer a cultura da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade no âmbito institucional, materializada por uma rede interna de governança e gestão de boas práticas. Essa rede é delimitada pela Presidência do Tribunal, que define os responsáveis, a periodicidade de apuração e os prazos para envio dos dados relativos aos indicadores para avaliação do desempenho ambiental e econômico do Plano de Logística Sustentável.

O desempenho do TRT8 Sustentável é avaliado e revisado anualmente, nos termos da Resolução CNJ nº 201/2015, sempre observando o necessário alinhamento com os Planejamentos Estratégicos Institucional, da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário.

Referencial estratégico

Instituído pela Resolução CNJ nº 201/2015, o Plano de Logística Sustentável é um instrumento vinculado ao planejamento estratégico, com objetivos e responsabilidades definidas, assim como ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

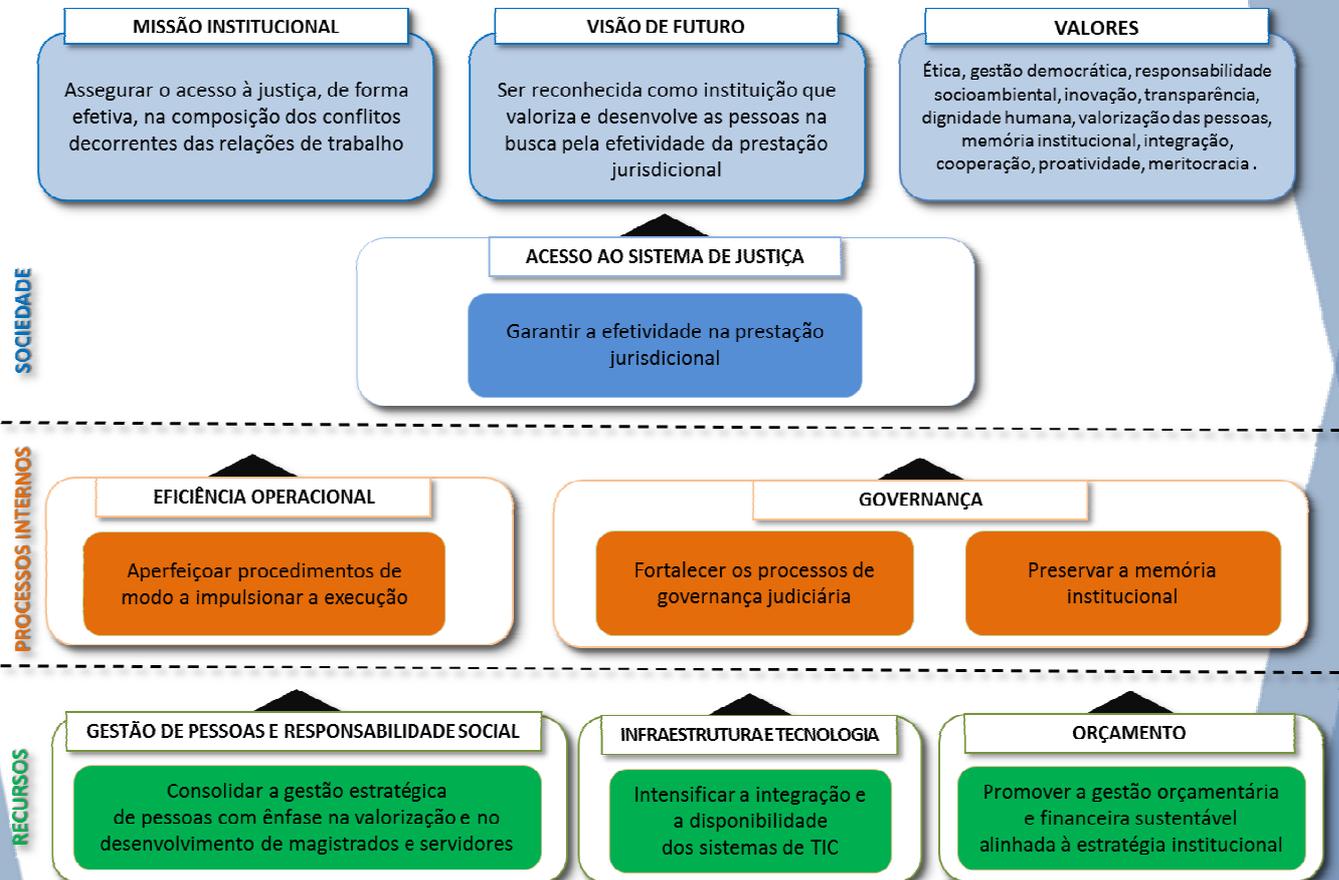
Com a finalidade de revisar e efetivar políticas e ações voltadas à otimização da utilização dos recursos e à adoção de práticas sustentáveis, o planejamento estratégico do TRT da 8ª Região contemplou a iniciativa *TRT8 Sustentável*, que incorporou as diretrizes definidas pelo Plano de Logística Sustentável e pela Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho. Nesse sentido, o TRT8 Sustentável está vinculado ao objetivo estratégico de *promover a gestão orçamentária e financeira sustentável alinhada à estratégia institucional*. Para mensurar o alcance desse objetivo, foi estabelecido o indicador *Índice de Sustentabilidade*, aferido por meio da quantidade de compras e contratações sustentáveis realizadas e a gestão racional de recursos, bens públicos e resíduos gerados, consoante grau de aderência ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.

O mapa estratégico apresentado a seguir é o instrumento que ilustra as relações de causa e efeito entre os objetivos do planejamento estratégico institucional 2014-2020 e como eles convergem para o cumprimento da missão e alcance da visão de futuro, tendo como referência os valores institucionais do TRT da 8ª Região.

TRT8

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Mapa Estratégico 2014-2020



Consolidação dos resultados alcançados em 2016

O TRT8 Sustentável contempla os indicadores definidos no Anexo I da Resolução CNJ nº 201/2015. Ademais, para manter o alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional e com o Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014, foi incorporado ao presente Plano o *índice de sustentabilidade*, indicador estratégico mensurado a partir do *Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade*, aprovado pela Resolução CSJT nº 103/2012.

O quadro a seguir apresenta os temas e objetivos para os quais foram elaborados os planos de ação, relacionados aos grupos de indicadores de desempenho e respectivas unidades responsáveis.

Quadro I

TEMAS, OBJETIVOS, INDICADORES E RESPONSÁVEIS

TEMA	OBJETIVOS	GRUPO INDICADOR	RESPONSÁVEL
Insumos e materiais	Utilizar insumos e materiais de forma eficiente	Papel	COMAT
		Descartáveis	COMAT
		Impressões	SETIN
Água e Energia	Racionalizar o consumo de água e energia elétrica	Água	DIENG/DIMIP
		Energia	ASTEC.PRESI/DIMIP
Gestão de resíduos	Aprimorar a gestão de resíduos sólidos	Coleta seletiva	DIMIP/SeAMB
Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho	Qualidade de vida no ambiente de trabalho	CODSA/CODEP
Sensibilização e capacitação	Sensibilizar e capacitar magistrados, servidores, estagiários e terceirizados em sustentabilidade	Sensibilização	CODEP/ECAISS/ASCOM
Contratações Sustentáveis	Ampliar as contratações sustentáveis	Vigilância	COGIN/DIGEF
		Limpeza	
		Telefonia	
Deslocamento	Otimizar gastos com deslocamento de pessoal, bens e materiais	Combustível	DISEG
		Veículos	
Reformas	Racionalizar os gastos com reformas nas unidades	Layouts	DIENG
Sustentabilidade	Alcançar um índice de pelo menos 70% em sustentabilidade	Estratégico	COGES

Para facilitar a análise do desempenho dos indicadores, objetivos e iniciativas do Plano de Logística Sustentável, foram considerados os seguintes critérios:

Quadro II

DESEMPENHO DOS INDICADORES

	Maior ou igual a 100% de alcance da meta
	Entre 70% e 100% de alcance da meta
	Menor ou igual a 70% de alcance da meta
	Indicador não disponível
POLARIDADE DOS INDICADORES	
	Quanto maior, melhor
	Quanto menor, melhor

Quadro III

DESEMPENHO DOS OBJETIVOS

Pontuação dos indicadores		Média da pontuação dos indicadores de cada objetivo	
		Resultado	Cor do objetivo
	3 pontos	2,51 – 3,00	
	2 pontos	1,51 – 2,50	
	1 ponto	1,00 – 1,50	
	0 ponto	Indicadores não mensurados	

Vale ressaltar que os indicadores inicialmente registrados no TRT8 Sustentável (anexo da Resolução TRT8 nº 54/2016) foram levantados em conformidade com o disposto no art. 23 da Resolução CNJ nº 201/2015, sem a existência de um glossário. Com a publicação da primeira edição do glossário, observou-se a necessidade de ajustes no referido Plano de forma que os indicadores estejam de acordo com os registrados no Sistema de Questionários do CNJ.

Nesse sentido, o quadro a seguir apresenta o Painel de Desempenho do Plano de Logística Sustentável, que consolida os resultados alcançados em 2016, com base nos critérios apresentados.

Quadro V

PAINEL DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL. 2016

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
TEMA: INSUMOS E MATERIAIS													
01	Indicador 1 – Consumo de papel	20.167	19.965,30	19.763,70	19.562,00	19.360,30	19.158,70	8.958	↓	●	●	Em 2016, o indicador de consumo de papel teve redução de 5,13% em relação à meta do exercício.	
02	Indicador 2 – Gasto com aquisição de papéis	209.263,49	207.170,90	205.078,20	202.985,60	200.893,00	198.800,30	101.081,47	↓	●		Em 2016, o indicador de gasto com papel teve redução de 51,21% em relação à meta do exercício.	
03	Indicador 3.1 – Consumo <i>per capita</i> de copos descartáveis de 200ml	1,73	1,73	1,73	1,73	1,73	1,73	1,3	↓	●		Em 2016, o indicador de consumo <i>per capita</i> de copos descartáveis de 200ml teve redução de 24,86% em relação à meta do exercício.	
04	Indicador 3.2 – Consumo <i>per capita</i> de copos descartáveis de 50ml	0,93	0,93	0,93	0,93	0,93	0,93	0,57	↓	●		Em 2016, o consumo <i>per capita</i> de copos descartáveis de 50ml teve redução de 38,71% em relação à meta do exercício.	
05	Indicador 4.1 – Gasto com aquisição de copos descartáveis de 200ml	8.720,55	8.720,55	8.720,55	8.720,55	8.720,55	8.720,55	6.029,32	↓	●		Em 2016, o gasto com aquisição de copos descartáveis de 200ml teve redução de 30,86% em relação à meta do exercício.	
06	Indicador 4.2 – Gasto com aquisição de copos descartáveis de 50ml	1.750,06	1.750,06	1.750,06	1.750,06	1.750,06	1.750,06	1.201,99	↓	●		Em 2016, o gasto com aquisição de copos descartáveis de 50ml teve redução de 31,32% em relação à	

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
07	Indicador 4.4 – Gasto com aquisição de copos descartáveis (50ml+200ml)	10.470,61	10.470,61	10.470,61	10.470,61	10.470,61	10.470,61	7.231,31	↓	●		meta do exercício. Em 2016 o gasto com aquisição de copos descartáveis de 50ml e 200ml teve redução de 30,94% em relação à meta do exercício.	
08	Indicador 5 – Impressão de Documentos Totais	Não mensurado							↓	●		Indicador não mensurado. A Secretaria de Tecnologia da Informação informou que o TRT8 não dispõe de software de bilhetagem no parque de impressão, o que inviabiliza a realização desse levantamento.	
09	Indicador 6 – Consumo de suprimentos de impressão	Não mensurado							↓	●		Indicador não mensurado.	
10	Indicador 6.1 – <i>Performance</i> dos equipamentos de impressão instalados	Não mensurado							↓	●		Indicador não mensurado. Com a nova versão do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.	
11	Indicador 6A – Gasto com aquisição de suprimentos de impressão	458.603,98	454.017,94	449.431,90	444.845,86	440.259,82	435.673,78	504.870,37	↓	●		Em 2016, o gasto com aquisição de suprimentos de impressão ficou 11,2% acima da meta prevista para	

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													o exercício.
12	Indicador 7 – Equipamentos de Impressão Instalados	336	332,64	329,28	325,92	322,56	319,20	0	↓	●			Em 2016, não houve aquisição de novos equipamentos de impressão.
13	Indicador 7.2 – Equipamentos Instalados por unidade de trabalho	0,22	0,22	0,22	0,21	0,21	0,21	0	↓	●			Em 2016, não houve aquisição de novos equipamentos de impressão.
14	Indicador 7.3 – Performance dos equipamentos de impressão instalados	Não mensurado							↓	●			Indicador não mensurado. A Secretaria de Tecnologia da Informação informou que o TRT8 não dispõe de software de bilhetagem no parque de impressão, o que inviabiliza a realização desse levantamento.
15	Indicador 7.4 – Gasto com aquisição de equipamentos de impressão	125.649,30	124.392,81	123.136,31	121.879,82	120.623,33	119.366,84	0,00	↓	●			Em 2016, não houve aquisição de novos equipamentos de impressão.
TEMA: ÁGUA E ENERGIA													
16	Indicador 8 – Consumo de garrações de água de 20 litros	10.204	10.101	10.000	9.898	9.796	9.694	10.639	↓	●	●		Em 2016, o consumo com garrações de água de 20 litros, teve aumento de 5,33% em relação à meta do exercício.
17	Indicador 9 – Gasto com aquisição de garrações de água de 20 litros	56.843,33	56.274,90	55.706,46	55.138,03	54.569,60	54.001,16	67.674,17	↓	●	●		Em 2016, o gasto com garrações de água de 20 litros teve aumento de 9,74% em relação à meta do exercício.

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
18	Indicador 12.1 – Volume de água consumido	24.759	24.511,41	24.263,82	24.016,23	23.768,64	23.521,05	23.478	↓	●		Em 2016, houve redução de 4,22% do volume de água consumido. Observa-se necessidade de ajustes nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados mensais do consumo de água pelo TRT.	
19	Indicador 12.2 – Volume de água por área construída	0,33	0,33	0,32	0,32	0,32	0,31	0,31	↓	●		Em 2016, houve redução de 4,28% no volume de água por área construída, em relação a meta do exercício. A redução ocorreu em razão do aumento da área construída, que passou de 66.479 m2 para 75.234 m2.	
20	Indicador 13.1 – Gasto com água	169.674,31	167.284,57	165.594,82	163.905,08	162.215,34	160.525,59	194.111,67	↓	●		Em 2016, houve aumento de 16,03% nos gastos com água em relação à meta do exercício. Observa-se necessidade de ajustes nos valores registrados na linha de base e na trajetória da meta previstos no PLS, bem como oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados mensais com gasto com água	

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
21	Indicador 13.2 – Gasto com água por área construída	2,76	2,73	2,70	2,68	2,65	2,62	2,60	↓	●		<p>peço TRT.</p> <p>Em 2016, houve redução de 4,76% no gasto com água por área construída em relação à meta do exercício. A redução ocorreu em razão do aumento da área construída, que passou de 66.479 m2 para 75.234 m2.</p>	
22	Indicador 12.1 – Consumo de energia elétrica (kwh)	4.637.016	4.590.646	4.544.276	4.497.906	4.451.535	4.405.165	4.178.136	↓	●		<p>Em 2016, houve redução de 8,99% no consumo de energia elétrica (kwh). Observa-se necessidade de ajustes nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados mensais com consumo de energia elétrica pelo TRT.</p>	
23	Indicador 8.2 – Consumo de energia elétrica por área construída	75,61	74,85	74,1	73,34	72,59	71,83	55,53	↓	●		<p>Em 2016, houve redução de 25,81% do consumo de energia elétrica por área construída em relação à meta do exercício.</p>	
24	Indicador 13.1 – Gasto com energia elétrica	3.234.306,61	3.201.963,54	3.169.620,48	3.137.277,41	3.104.934,35	3.072.591,28	2.532.549,39	↓	●		<p>Em 2016, houve redução de 20,91% do gasto com energia elétrica em relação à meta do exercício. Observa-se necessidade de ajustes nos valores registrados</p>	

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados mensais com gasto de energia elétrica pelo TRT.
25	Indicador 13.2 – Gasto com energia elétrica por área construída	48,65	48,16	47,68	47,19	46,70	46,22	33,66	↓	●			Em 2016, o gasto com energia elétrica por área construída ficou em R\$ 33,66, redução de 30,11% em relação à meta do exercício. Com a nova versão do glossário do CNJ, houve necessidade de ajustar a linha de base e as respectivas metas.
26	Indicador 13.3 – Adequação do contrato de demanda (na ponta)	Não mensurado							↓	●			Indicador não mensurado. Com a nova versão do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS													
27	Indicador 14.1 – Total de material reciclável destinado às cooperativas	4.413	4.501,26	4.501,26	4.501,26	4.501,26	4.501,26	5.309	↑	●			Em 2016, houve um aumento de 17,94% da quantidade de material reciclável destinado às

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													cooperativas. Observa-se necessidade de ajustes nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados mensais para destinação de materiais recicláveis às cooperativas.
28	Indicador 14.2 – Destinação de papel para reciclagem (Kg)	4.413	4.501,26	4.501,26	4.501,26	4.501,26	4.501,26	5.254	↑	●	●	Em 2016, houve aumento de 16,72% na destinação de papel para reciclagem (Kg), em relação à meta do exercício. Observa-se necessidade de ajustes nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados mensais para destinação de materiais recicláveis às cooperativas.	
29	Indicador 14.3 – Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem	594	605,88	605,88	605,88	605,88	605,88	757	↑	●	●	Em 2016, houve aumento de 24,94% na destinação de suprimentos de impressão para reciclagem, em relação à meta do exercício. Observa-se necessidade de ajustes nos valores registrados na linha de base e na trajetória da	

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													meta previstos no PLS, bem como oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados mensais para destinação dos referidos resíduos.
30	Indicador 14.4 - Destinação de plástico para reciclagem	Não mensurado								↑	●		Indicador não mensurado. Com a nova versão do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
31	Indicador 14.5 - Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação (unidade)	1.272	1.297,44	1.297,44	1.297,44	1.297,44	1.297,44	1.234		↑	●		Em 2016, a destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação (unidade) ficou 4,89% abaixo da meta do exercício. Com a nova versão do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
32	Indicador 14.6 - Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	Não mensurado								↑	●		Indicador não mensurado. Com a nova versão do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
33	Indicador 14.7 - Destinação de madeiras para reaproveitamento	Não mensurado								↑	●		Indicador não mensurado. Com a nova versão do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
34	Indicador 14.8 - Destinação de vidros para reciclagem	Não mensurado								↑	●		Indicador não mensurado. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados nas linhas de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
35	Indicador 14.9 - Destinação de metais para reciclagem	Não mensurado								↑	●		dados. Indicador não mensurado. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
36	Indicador 14.10 - Destinação de resíduos de saúde para descontaminação (Kg)	157	160	160	160	160	160	181	↑	●		Em 2016, houve aumento de 13,03% na destinação de resíduos de saúde para descontaminação (Kg). Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.	
37	Indicador 14.11 - Destinação de resíduos de obras à reciclagem	Não mensurado								↑	●		Indicador não mensurado. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
38	Indicador 14.12 - Destinação de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) à reciclagem	Não mensurado								↑	●		de melhorias na mensuração e consolidação dos dados. Indicador não mensurado. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
TEMA: QUALIDADE DE VIDA													
39	Indicador 15 - Participação de magistrados e servidores em ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente de trabalho	1.909	2.004,45	2.004,45	2.004,45	2.004,45	2.004,45	8.154	↑	●	●		Em 2016, a participação de magistrados e servidores em ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente de trabalho, registrou um aumento de 306,79% em relação à meta prevista para o exercício. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
40	Indicador 16 – Participação de servidores em ações solidárias	41	43,05	43,05	43,05	43,05	43,05	43,05	0	↑	●		Em 2016, não houve registros de ações para o referido indicador. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
41	Indicador 17 – Ações de inclusão para magistrados e servidores com deficiência	Não mensurado								↑	●		Indicador não mensurado. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
TEMA: SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO													
42	Indicador 18 – Sensibilização e capacitação da Força de Trabalho Total em Sustentabilidade	23	2	2	2	2	2	2	2	↑	●	●	Em 2016, o resultado alcançado para o indicador de sensibilização e capacitação da Força de Trabalho Total em Sustentabilidade, corresponde a 100% da meta prevista para o mesmo ano. Com a edição do glossário pelo CNJ,

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
TEMA: CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS													
43	Indicador 19.1 – Valor inicial do posto de vigilância	96.750,08/ Posto	94.827,63	92.892,37	90.957,11	89.021,85	87.086,60	112.423,33	↓	●			Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
44	Indicador 19.2 – Valor atual do posto de vigilância	86.223,59/ Posto	94.827,63	92.892,37	90.957,11	89.021,85	87.086,60	112.423,33	↓	●	●		Em 2016, o resultado alcançado para o indicador Valor atual do posto, corresponde a 53,26%, acima da meta prevista para o mesmo ano, alcançando a pontuação mínima na consolidação do desempenho dos indicadores. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
45	Indicador 19.3 – Grau de repactuação dos contratos de vigilância	10,39	10,18	9,97	9,77	9,56	9,35	16,23	↓	●			Descontinuado. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
46	Indicador 20.1 – Gasto de limpeza pela área construída	42,26	41,41	40,57	39,72	38,88	38,03	28,98	↓	●			Descontinuado. Observa-se necessidade de ajustes nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados mensais para referidas ações.
47	Indicador 20.2 – Grau de repactuação dos contratos de limpeza	17,68%	17,33	16,97	16,62	16,27	15,91	0,10	↓	●			Descontinuado. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													consolidação dos dados.
48	Indicador 20.3 – Gasto com material de limpeza	Não mensurado							Não mensurado	↓			Não mensurado. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
49	Indicador 21.1 – Gasto médio do contrato de telefonia fixa	3.643,82	3.570,94	3.498,07	3.425,19	3.352,31	3.279,44	5.146,09	↓	●		A meta prevista para 2016 era reduzir em 2%, o gasto médio do contrato de telefonia fixa. No entanto o resultado alcançado nesse período foi de 55,89% acima da meta projetada. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.	
50	Indicador 21.2 – Gasto médio do contrato de telefonia móvel	1.172,50	1.149,05	1.125,60	1.102,15	1.078,70	1.055,25	1.819,69	↓	●		A meta prevista para 2016 era reduzir em 2%, o gasto médio do contrato de telefonia móvel. No entanto o resultado alcançado	

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													nesse período foi de 41,64% acima da meta projetada. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
51	Indicador 21.3 – Gasto total do contrato de telefonia fixa	225.917,13	221.398,79	216.880,44	212.362,10	207.843,76	203.325,42	319.057,59	↓	●			A meta prevista para 2016 era reduzir em 2%, o gasto total do contrato de telefonia fixa. No entanto o resultado alcançado nesse período foi de 55,89% acima da meta projetada. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
52	Indicador 21.4 – Gasto total do contrato de telefonia móvel	14.069,99	13.788,59	13.507,19	13.225,79	12.944,39	12.662,99	34.574,25	↓	●			A meta prevista para 2016 era reduzir em 2%, o gasto total do contrato de telefonia móvel. No entanto o resultado alcançado

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													nesse período foi de 146% acima da meta projetada. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
TEMA: DESLOCAMENTO													
53	Indicador 22.1 – Consumo de gasolina da frota oficial de veículos	805,24	789,13	773,03	756,92	740,82	724,71	665,24	↓	●	●		A meta prevista para 2016 era reduzir em 2%, o consumo de gasolina da frota oficial de veículos. No entanto o resultado alcançado nesse período foi de 115,70% abaixo do alcance da meta projetada. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
54	Indicador 22.2 – Consumo de etanol da frota oficial de	Não mensurado							↓	●			Indicador não mensurado.

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
	veículos												
55	Indicador 22.3 – Consumo de diesel da frota oficial de veículos	1.130,33	1.107,73	1.085,12	1.062,51	1.039,91	1.017,30	1.050,82	↓	●		<p>A meta prevista para 2016 era reduzir em 2%, o consumo de diesel da frota oficial de veículos. No entanto o resultado alcançado nesse período foi de 105,14% abaixo do alcance da meta projetada. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.</p>	
56	Indicador 23.1 – Veículos para transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais	49	48	47	46	45	44	34	↓	●		<p>A meta prevista para 2016 era manter em 100% o grau de adesão ao item 5.1.9 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho para veículos para transporte de servidores, o que foi efetivamente cumprido. Houve redução 49 para 34 veículos em relação ao ano anterior, provocada pelas alienações de veículos e, ainda, em razão de que</p>	

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													não houve novas aquisições em 2016.
57	Indicador 23.2 – Veículos para transporte de magistrados	19	19	18	18	17	17	12	↓	●			A meta prevista para 2016 era manter em 100% o grau de adesão ao item 5.1.9 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho para veículos para transporte de magistrados, o que foi efetivamente cumprido. Houve redução 19 para 12 veículos em relação ao ano anterior, provocada pelas alienações de veículos e, ainda, em razão de que não houve novas aquisições em 2016.
58	Indicador 23.3 – Gasto com manutenção dos veículos da frota	277.751,32	272.196,29	266.641,27	261.086,24	255.531,21	249.976,19	292.625,04	↓	●			A meta prevista para 2016 era manter em 100% o grau de adesão ao item 5.1.9 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho para gasto com manutenção dos veículos da frota. Nesse sentido, os veículos leves de passageiros para uso oficial, adquiridos ou locados, devem ser movidos exclusivamente com combustível renovável ou na

Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
													forma da tecnologia “flex”, o que foi efetivamente cumprido. No entanto, em relação ao gasto com a manutenção da frota, houve um aumento de 7,51% em relação à meta do exercício. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.
TEMA: REFORMAS													
59	Indicador 24 – Valor gasto com reformas nas unidades	53,54	52,47	51,4	50,33	49,26	48,19	28,30	↓	●	●		Em 2016, o resultado para o indicador de valor gasto com reformas nas unidades, foi de 46,06% acima dos 100% alcançado da meta prevista para o mesmo ano, alcançando a pontuação máxima na consolidação do desempenho dos indicadores. Com a edição do glossário pelo CNJ, observa-se necessidade de ajustes na descrição dos indicadores, nos valores registrados na linha de base

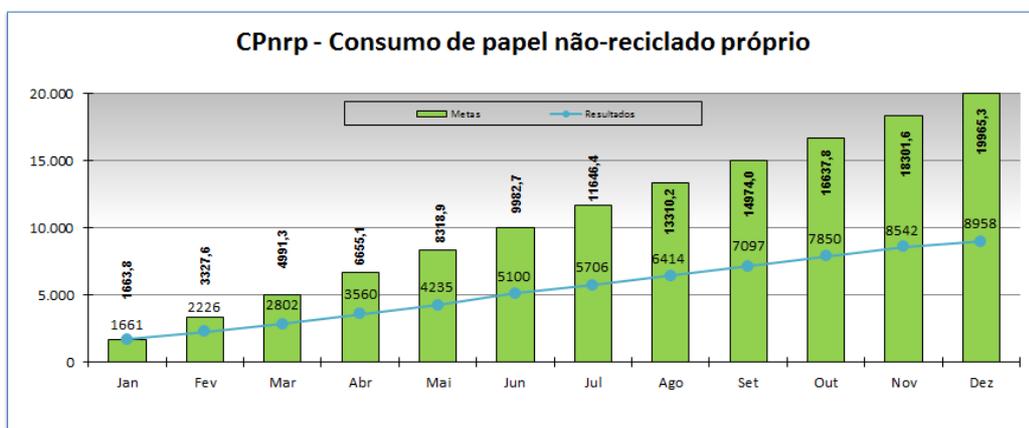
Nº	INDICADOR	LINHA DE BASE	TRAJETÓRIA					META	RESULTADO 2016	POLARIDADE	DESEMPENHO DO INDICADOR	DESEMPENHO DO OBJETIVO	ANÁLISE DO DESEMPENHO DO INDICADOR
		2015	2016	2017	2018	2019	2020						
												previstas no PLS e oportunidades de melhorias na mensuração e consolidação dos dados.	
TEMA: SUSTENTABILIDADE													
60	Indicador 25 – Índice de Sustentabilidade	Não mensurado	70%	70%	70%	70%	70%	80,36%	↑	●	●	Em 2016, o índice de sustentabilidade ficou 10,36% acima da meta do exercício. Esse é um indicador estratégico do TRT8, mensurado por meio da quantidade de compras e contratações sustentáveis realizadas e a gestão racional de recursos, bens públicos e resíduos gerados, consoante grau de aderência ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.	

Evolução do desempenho dos indicadores

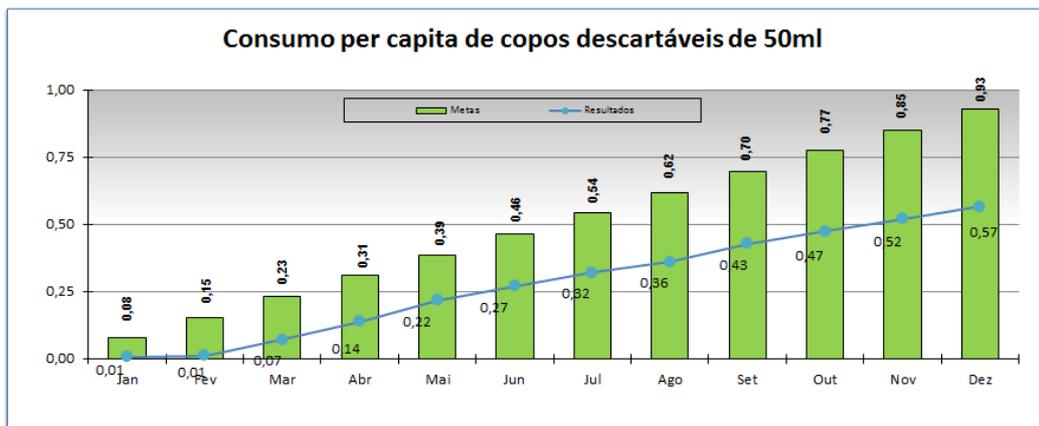
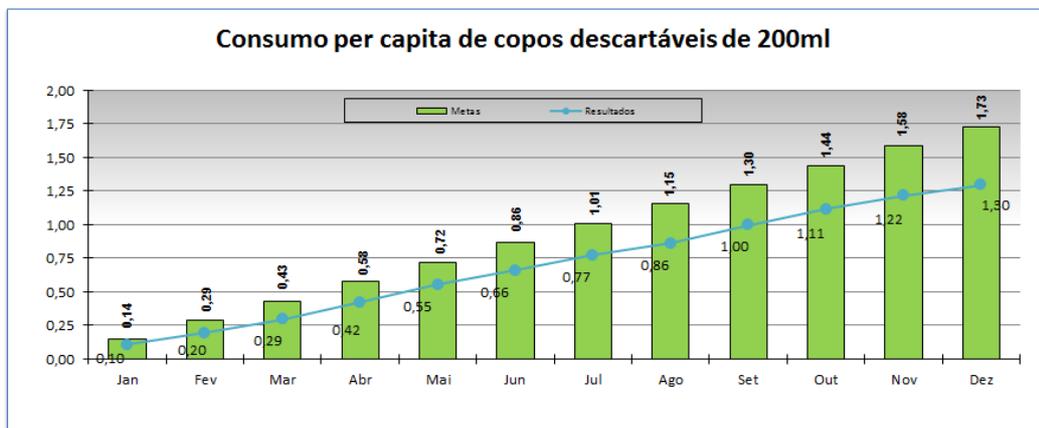
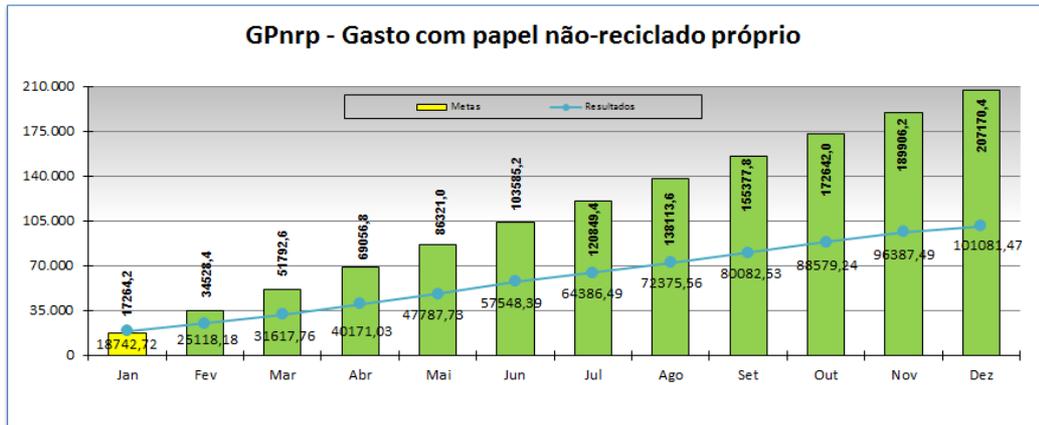
Em cumprimento ao artigo 23, inciso II da Resolução CNJ nº 201/2015, apresenta-se a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I da referida norma c/c anexo da Resolução TRT8 nº 054/2016¹.

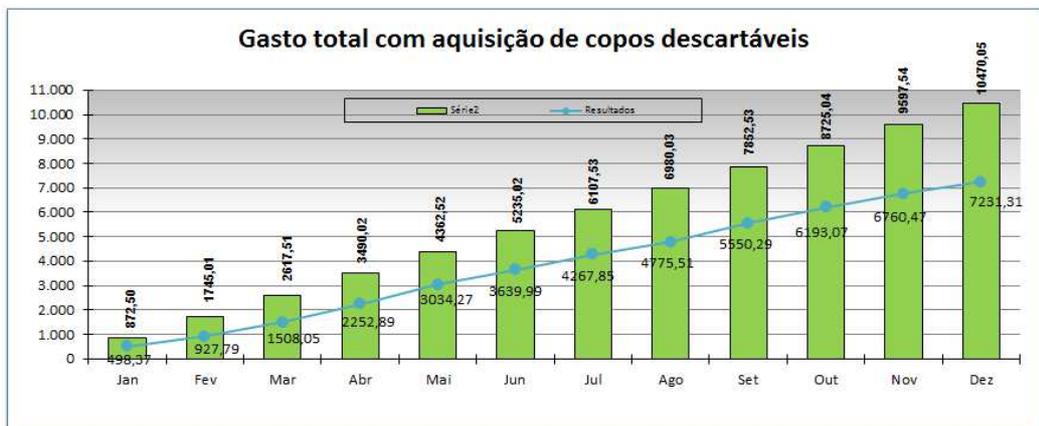
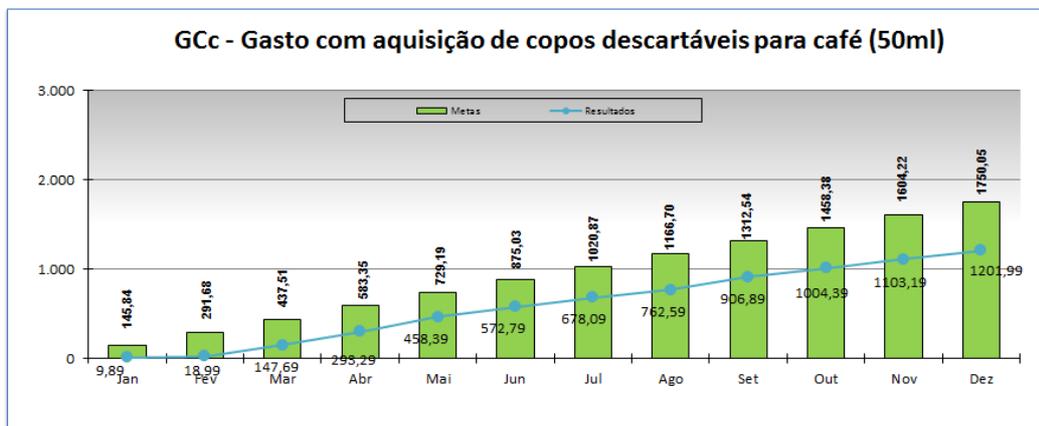
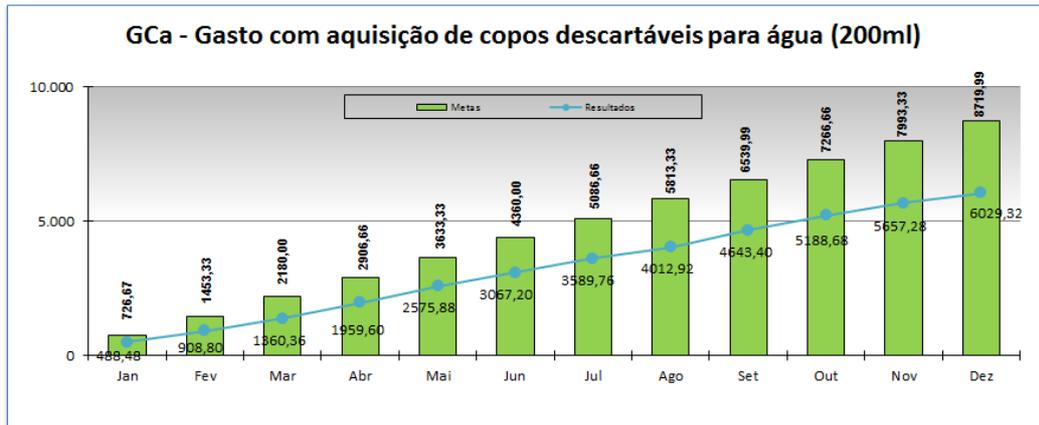
Considerando que este é o primeiro ano de execução do plano de logística sustentável do TRT8, apresentam-se, a seguir, os gráficos contendo a evolução mensal dos indicadores, em comparação com meta do período. Para facilitar a visualização dos dados, os gráficos foram agrupados por tema.

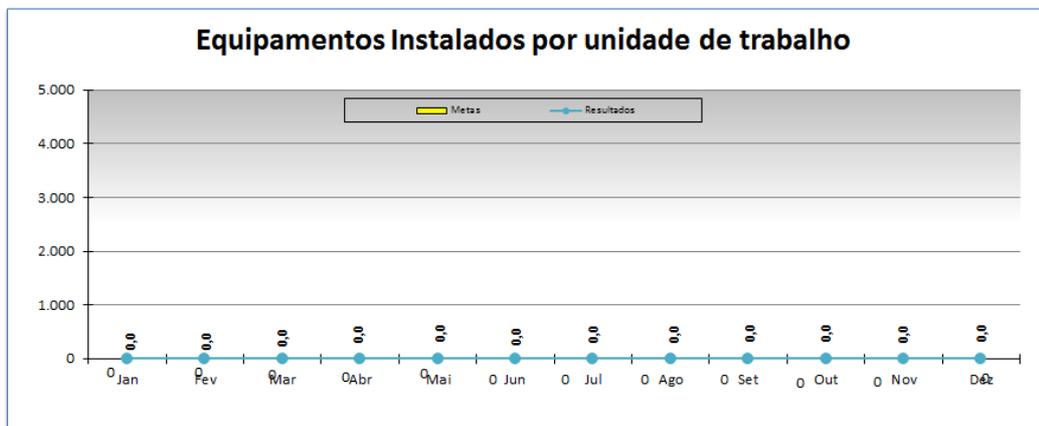
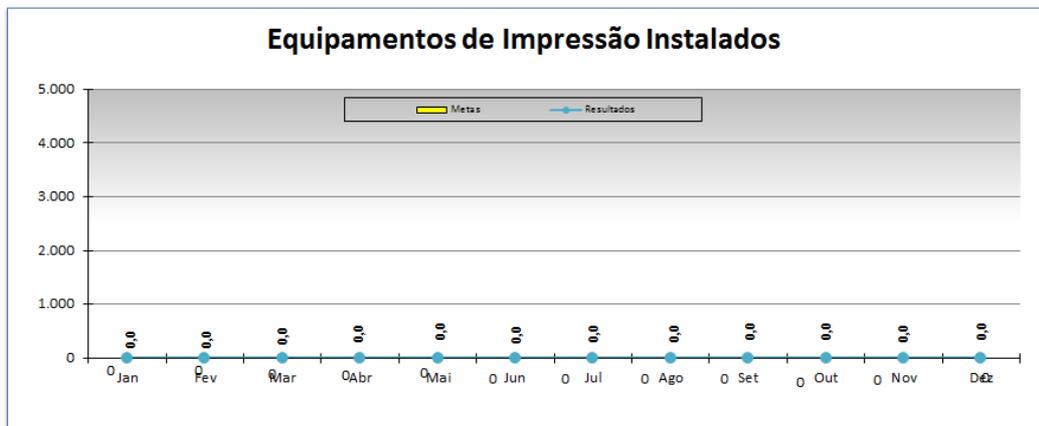
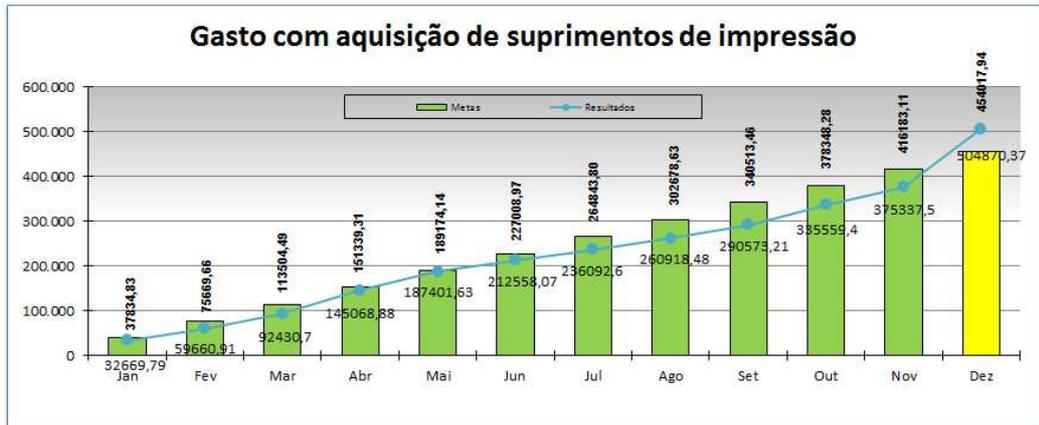
INSUMOS E MATERIAIS

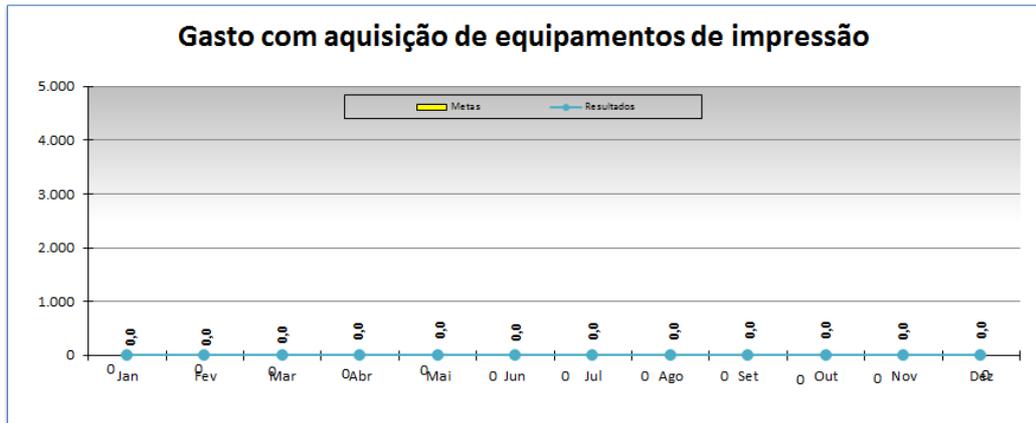


¹ Com a edição do glossário do Anexo I da Resolução CNJ nº 201/2015 em data posterior ao levantamento dos dados constantes da Resolução TRT8 nº 54/2016, houve necessidade de ajustar valores registrados na linha de base de alguns indicadores previstos no TRT8 Sustentável.



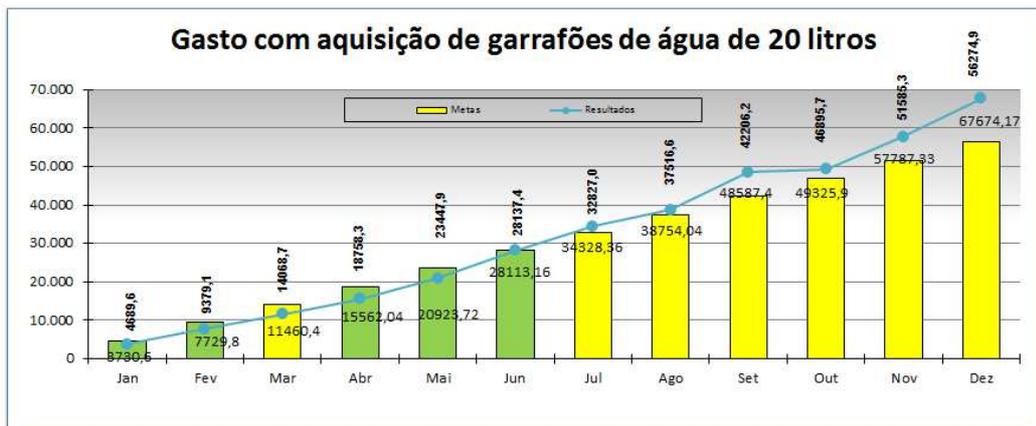
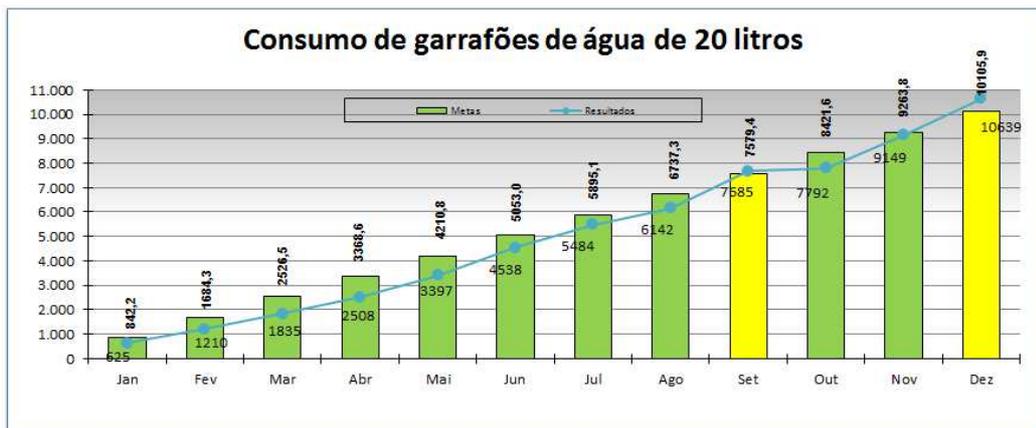


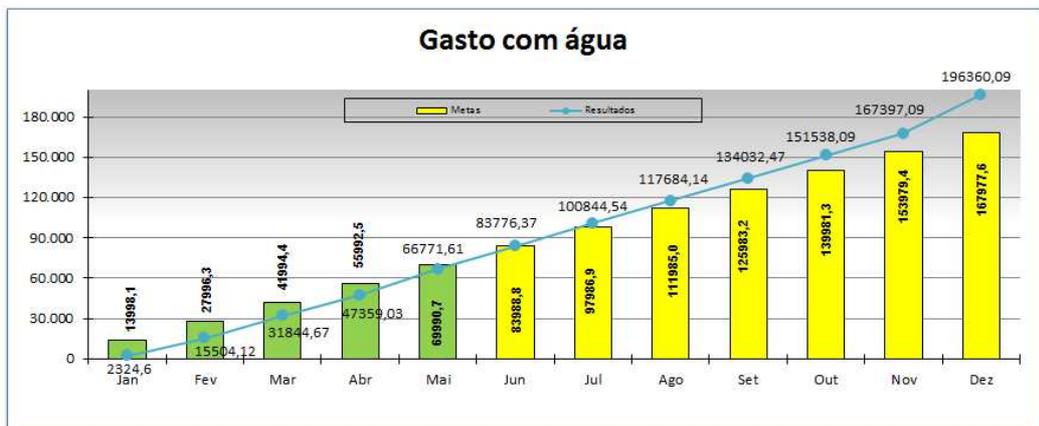
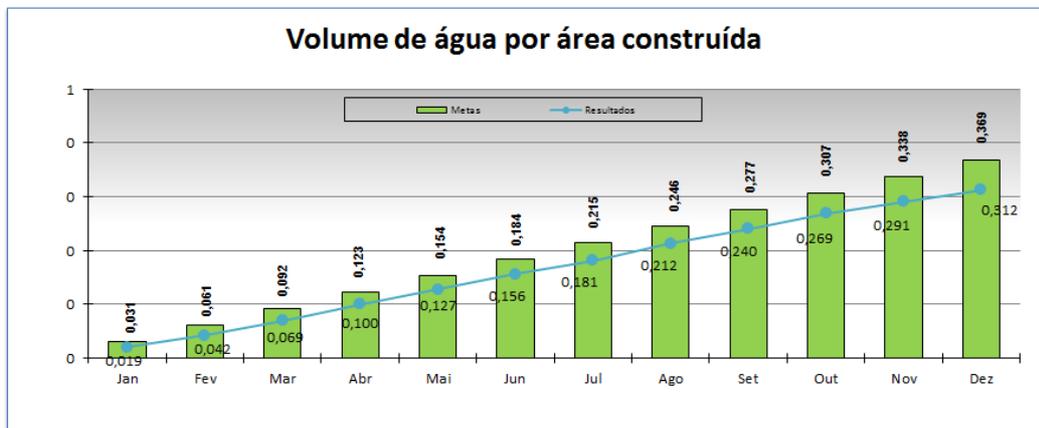
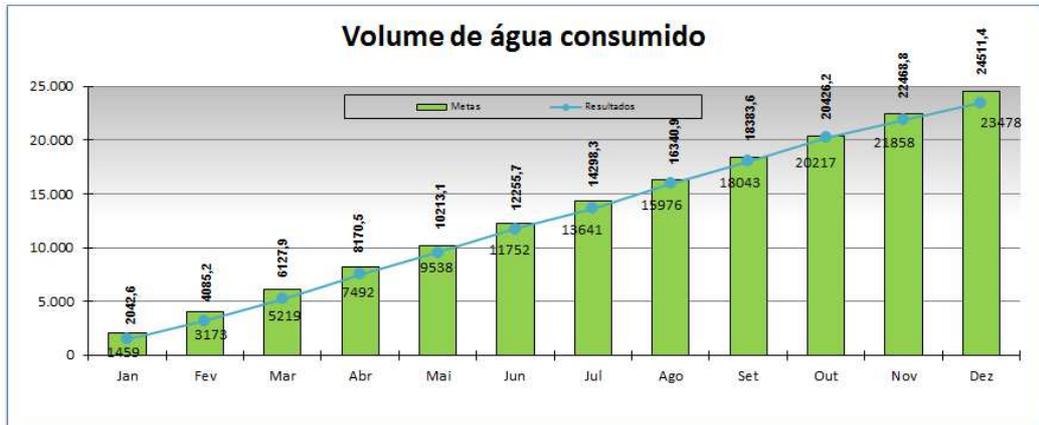


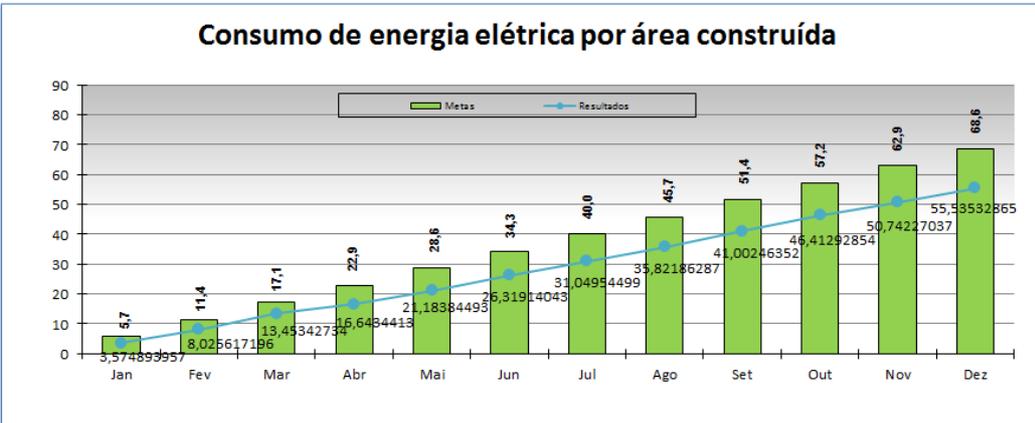
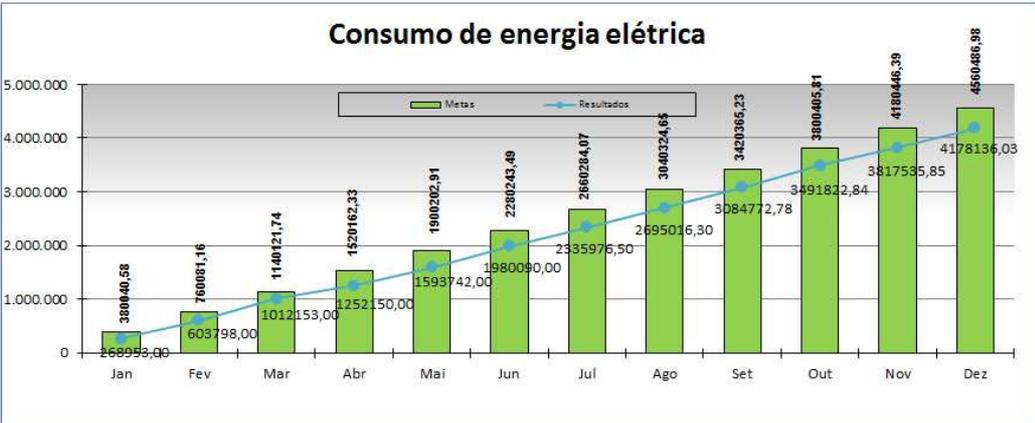
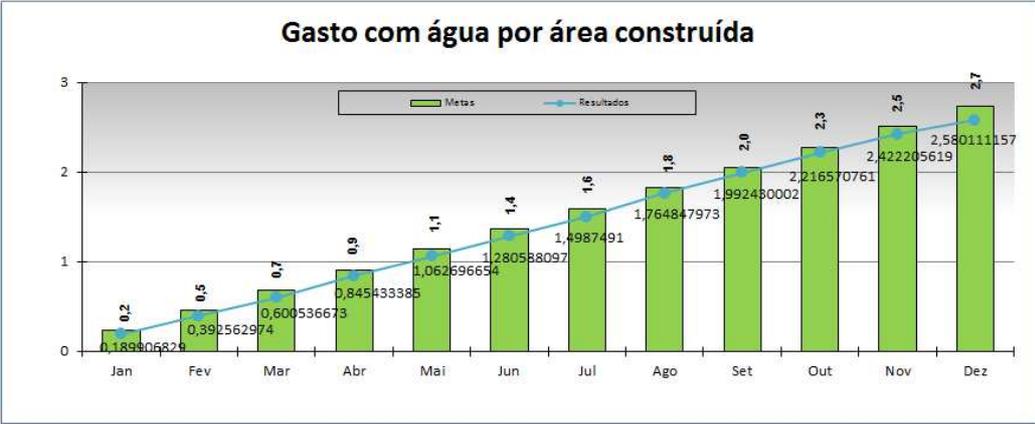


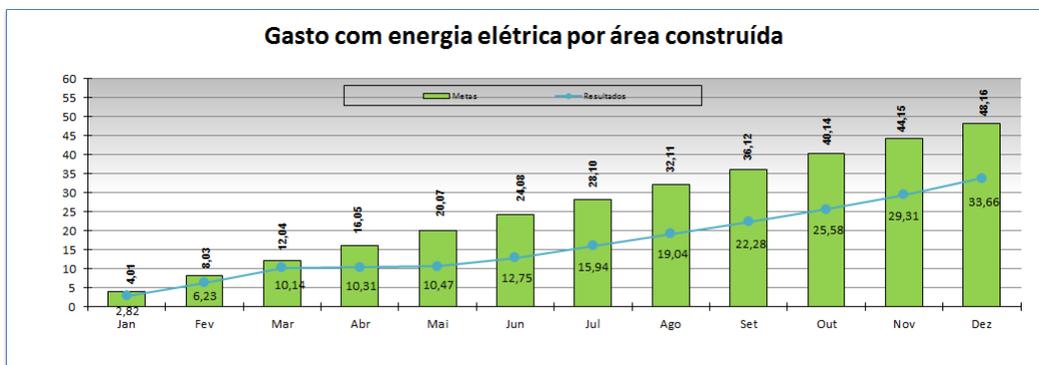
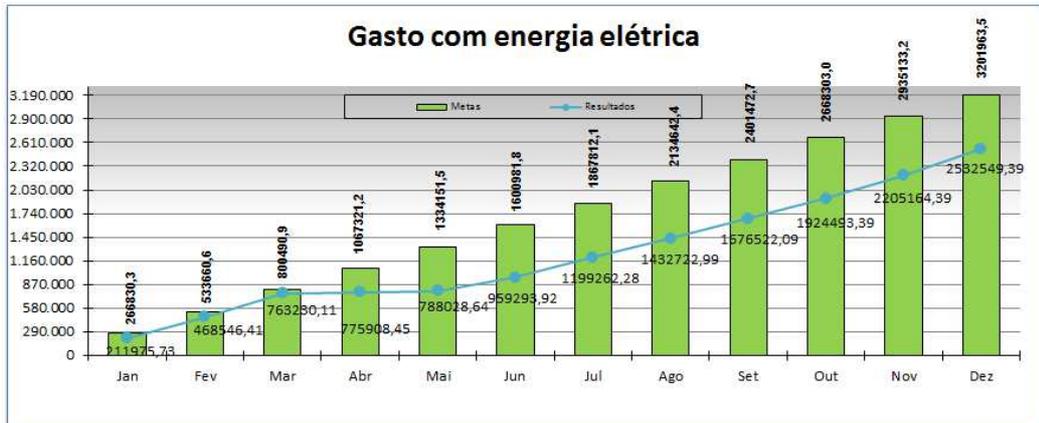
*Em 2016, não foram adquiridos novos equipamentos de impressão.

ÁGUA E ENERGIA

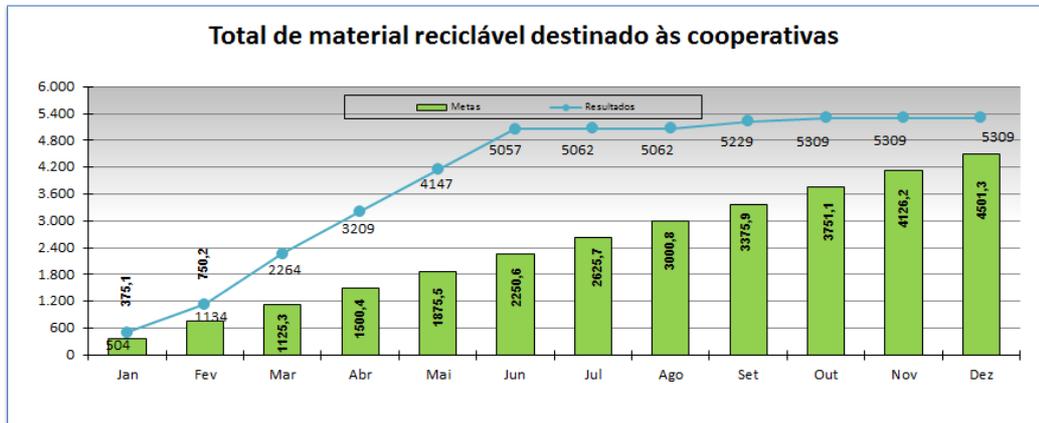


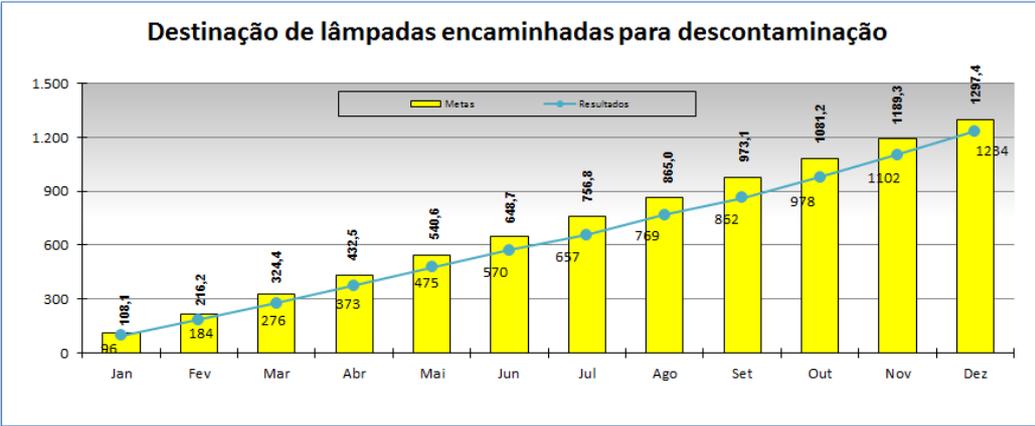
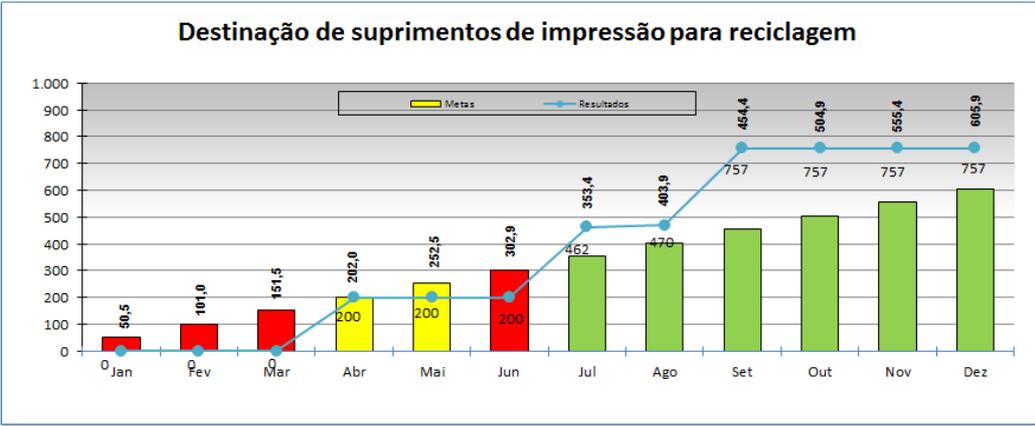
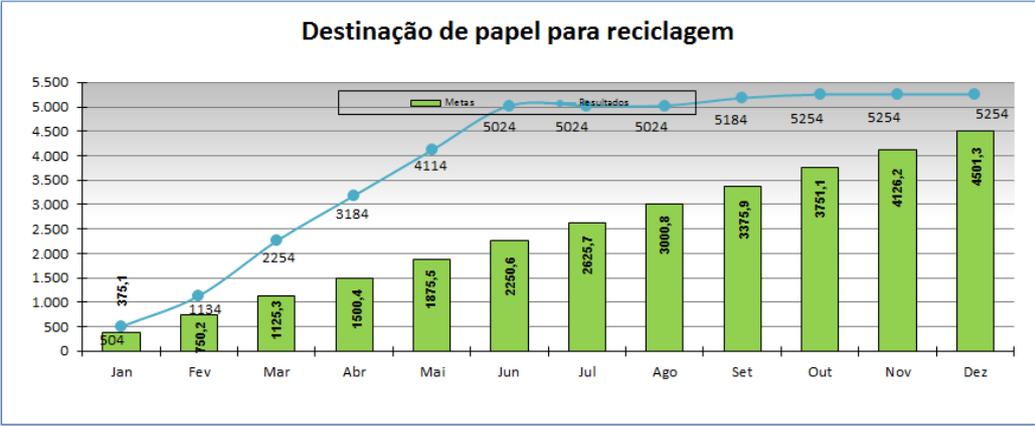




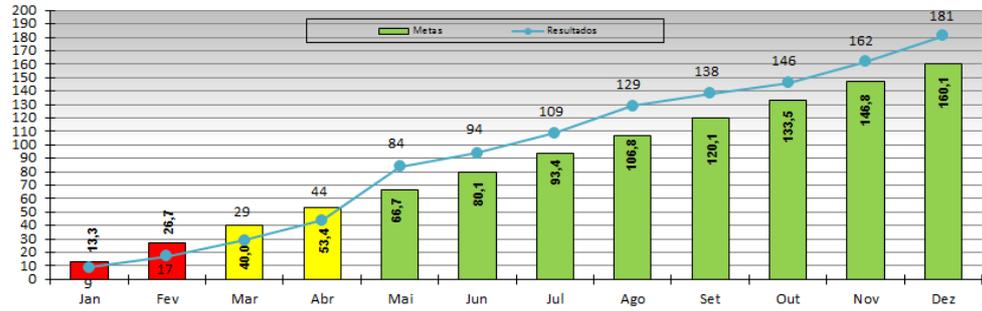


GESTÃO DE RESÍDUOS



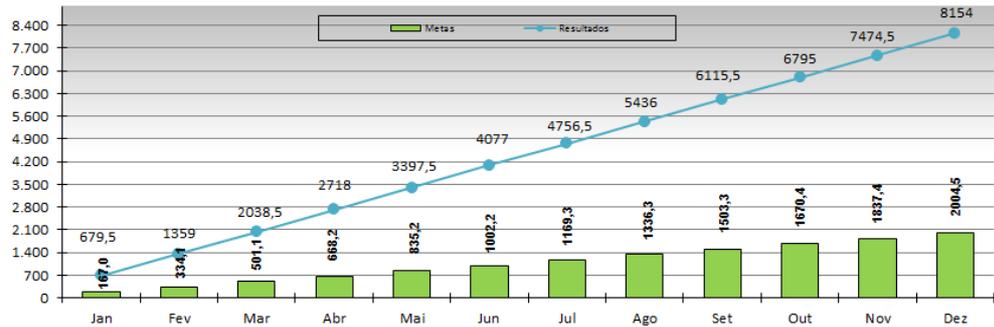


Destinação de resíduos de saúde para descontaminação



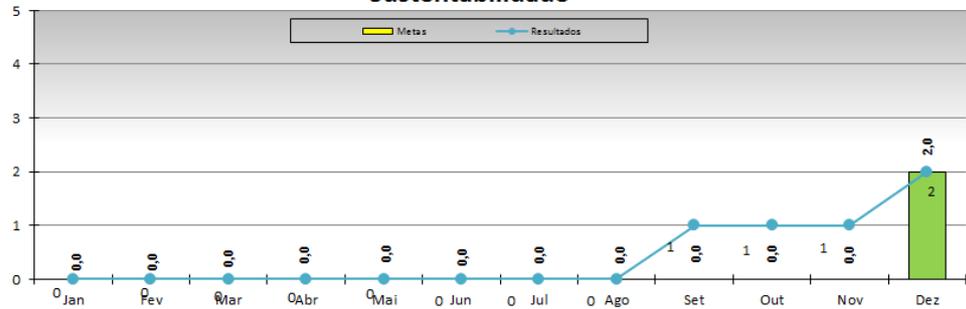
QUALIDADE DE VIDA

Participação de magistrados e servidores em ações voltadas para a qualidade de vida no ambiente de trabalho

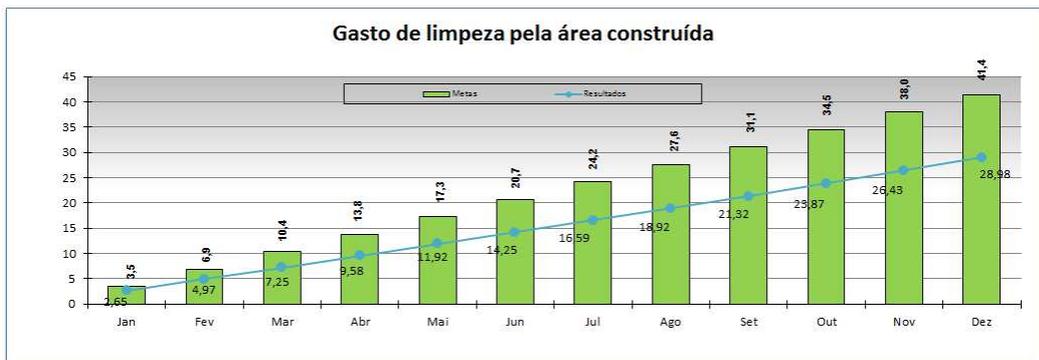
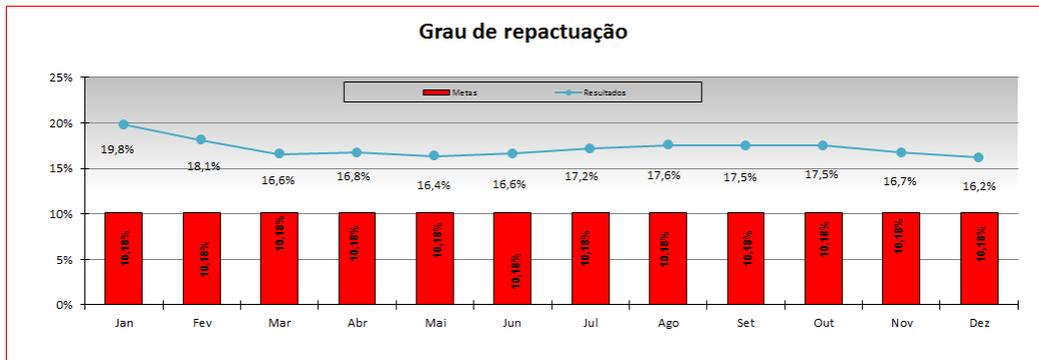
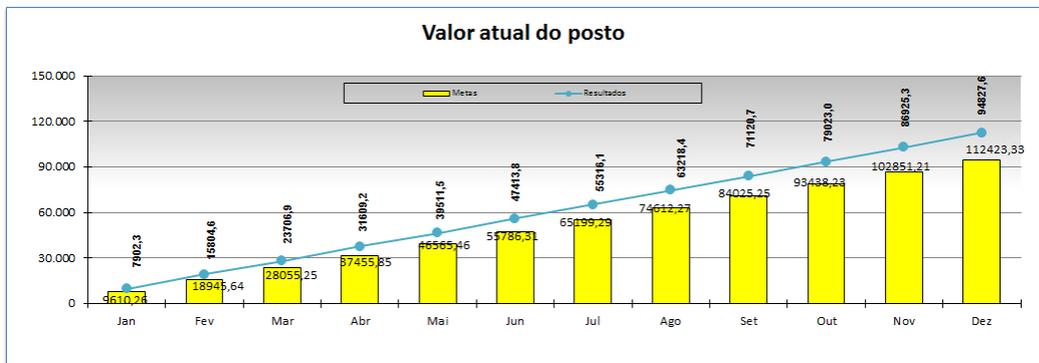
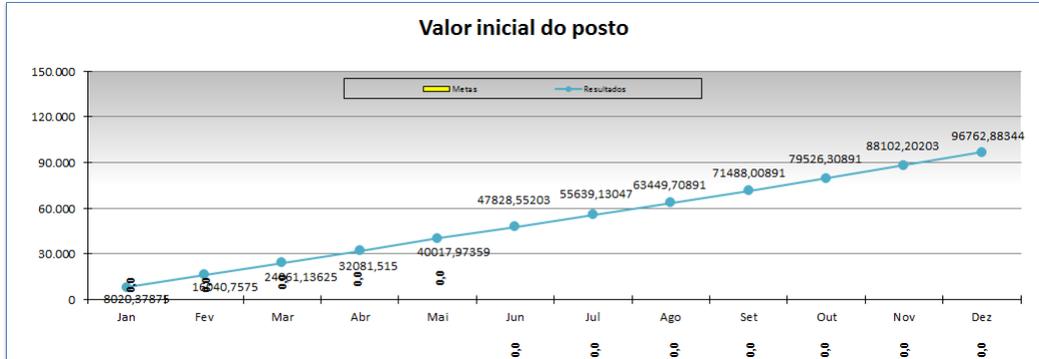


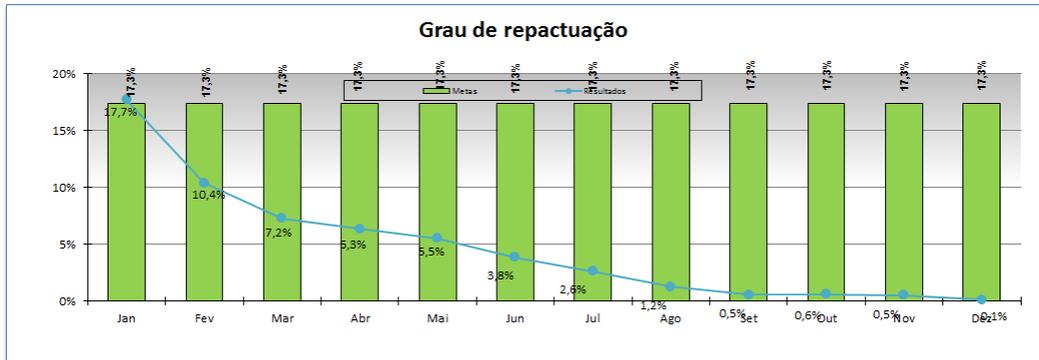
SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Sensibilização e capacitação da Força de Trabalho Total em Sustentabilidade

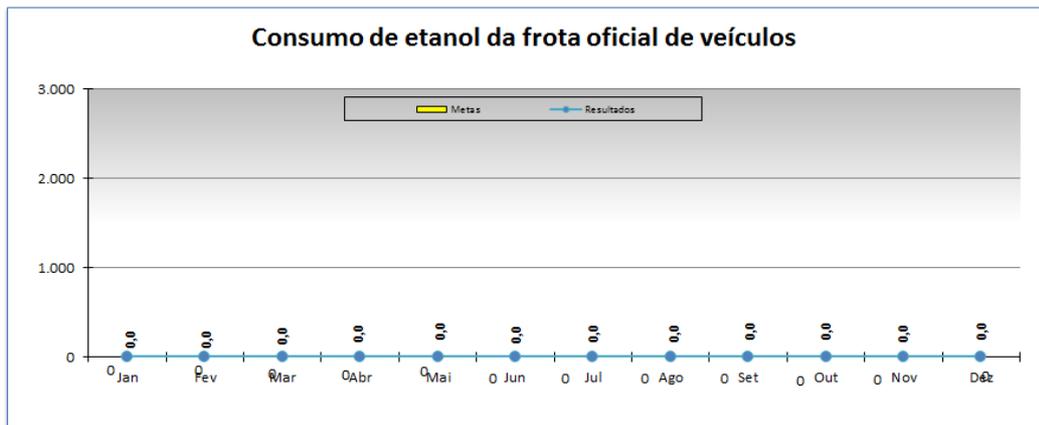
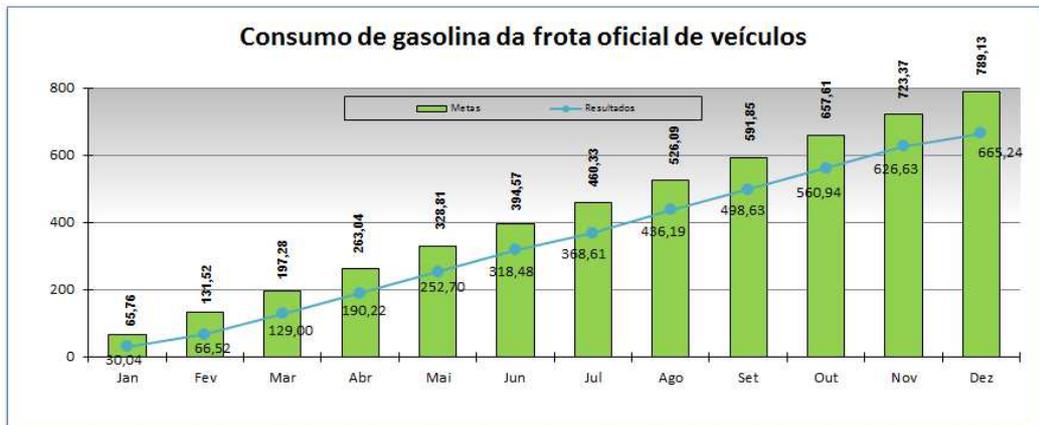


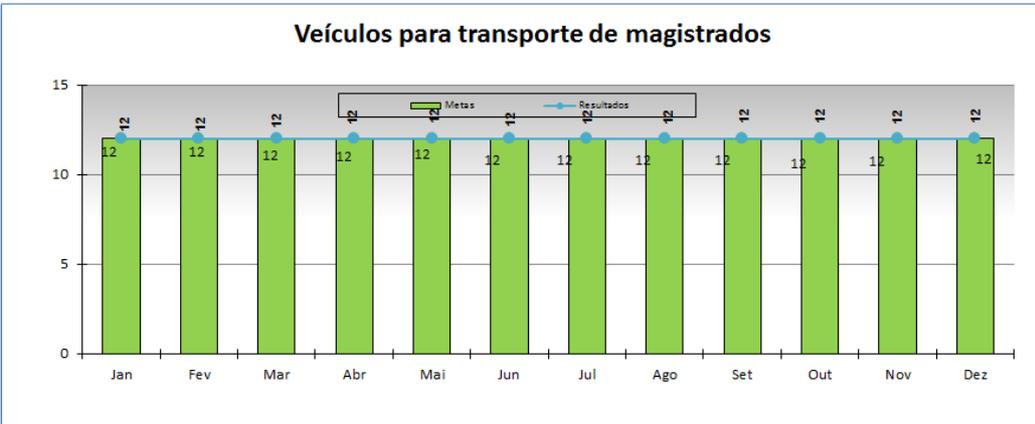
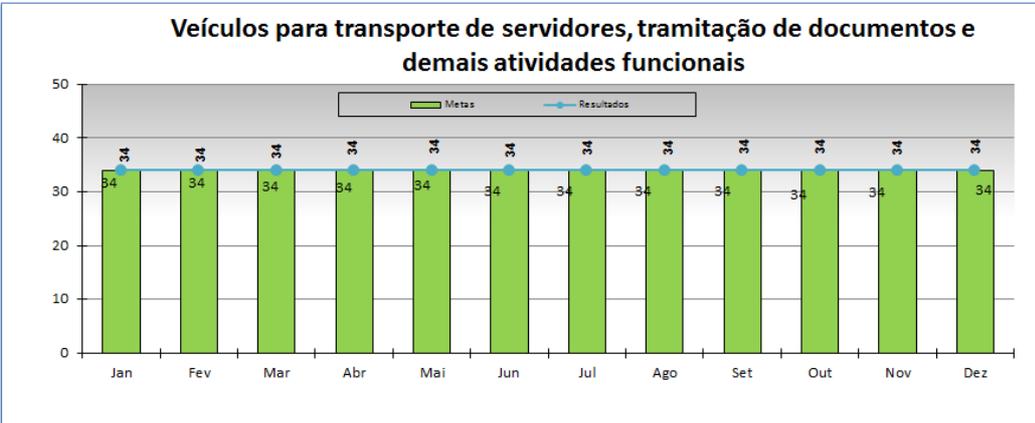
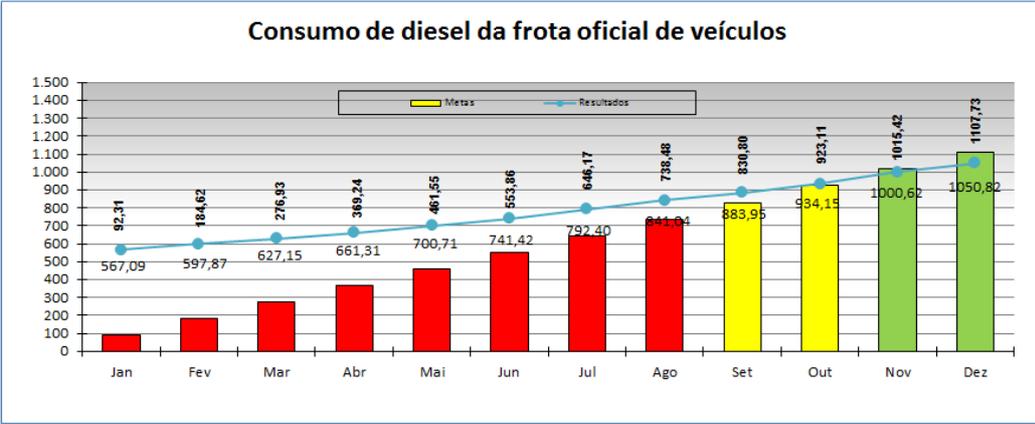
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

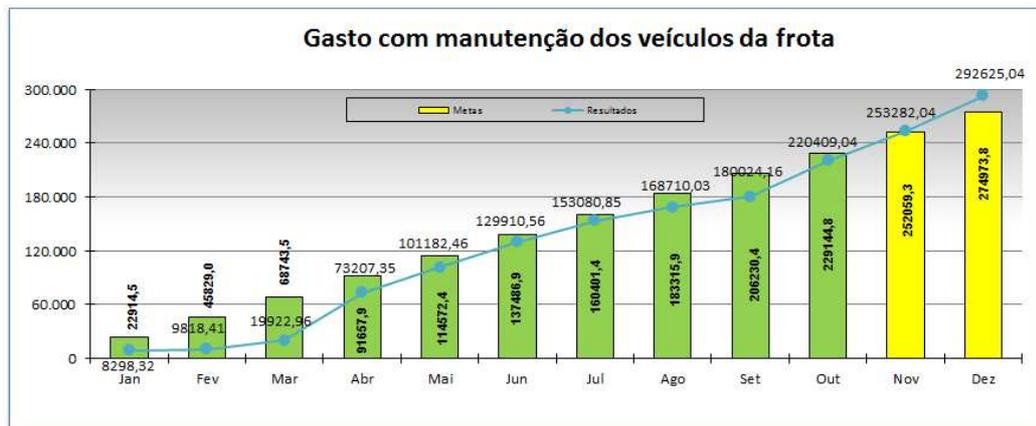




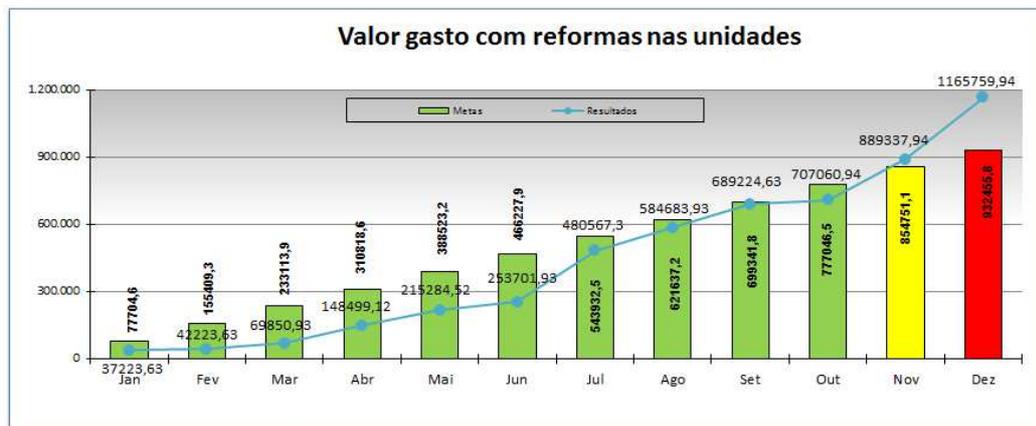
DESLOCAMENTO







REFORMAS



SUSTENTABILIDADE

Indicador com periodicidade anual. Em 2016, o tribunal alcançou um índice de sustentabilidade de 80,36%, bem superior à meta de 70% estabelecida para o exercício.

Ações priorizadas para 2017

Como desafios para o exercício de 2017, foram priorizadas as iniciativas do TRT8 Sustentável que apresentaram maior grau de implementação no exercício de 2016, conforme critérios a seguir:

Quadro IV

DESEMPENHO DAS INICIATIVAS (AÇÕES)

	Iniciativa concluída
	Andamento normal
	Com atrasos não considerados críticos
	Com problemas. Necessidade de ajustes imediatos
	Não iniciada

Para 2017, serão priorizadas, a princípio, as iniciativas registradas com “andamento normal” no exercício de 2016.

Contudo, a efetiva implementação dessas ações dependerá da disponibilidade orçamentária do Tribunal. Nesse sentido, registra-se o expressivo corte de 30% (trinta por cento) no orçamento de custeio deste Tribunal durante o exercício de 2016, bem como de 90% (noventa por cento) dos recursos destinados a investimentos, o que comprometeu a implantação de diversas ações.

O painel de acompanhamento a seguir, apresenta o desempenho de cada uma das iniciativas do Plano de Logística Sustentável em 2016.

PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL. 2016

TEMA	INICIATIVA	EMENTA	STATUS	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA
INSUMOS E MATERIAIS	Implantar Sistema de Controle de Material e Patrimônio	Regulamentar e implantar novo sistema eletrônico para gerenciar os ativos patrimoniais e os materiais de consumo utilizados pelas unidades, a movimentação de materiais permanentes e as requisições de materiais em estoque no almoxarifado.		Sistema implantado em 09/01/2017.
	Regulamentar procedimento de pedido dos copos plásticos	Orientar os gestores sobre as metas de redução de consumo de descartáveis; Deferir os pedidos de copos plásticos com base nos quantitativos estabelecidos em Portaria.		Definição de cotas (quantitativos estabelecidos em Portaria) como iniciativa gerencial a ser implementada após a consolidação da fase operacional do sistema SCMP para os usuários/unidades solicitantes. Fase operacional do SCMP: período indicado para ambientação dos usuários/unidades solicitantes para a realização de procedimentos básicos no Sistema, como requisições de materiais de consumo e permanentes e movimentações de materiais permanentes. Previsão Implantação: Jun/2017.
	Painel de Consumo	Implantar estatística de consumo e informar, periodicamente, ao gestor responsável pelo controle dos gastos da unidade. Criar painel para analisar visualmente todos os bens e materiais consumidos pela unidade.		O Sistema SCMP possui funcionalidade O gestor pode consultar o consumo no SCMP. (Relatório de Saídas Balancete Mensal - Consumo). Pendente de divulgação. Sistema SCMP em fase de implantação, com ênfase para orientação dos gestores das funcionalidades operacionais do Sistema.
	Adote esta Caneca	Realizar aquisição e distribuição de canecas produzidas com material ambientalmente adequado aos magistrados, servidores, estagiários e funcionários terceirizados com o objetivo de substituir os descartáveis por canecas.		Já houve distribuição de canecas fabricadas com material descartável e está sendo providenciada uma nova aquisição.
	Reduzir a utilização de garraões de água	Realizar estudo de viabilidade para instalação de bebedouros de pressão em áreas comuns, bem como para instalação de		Reavaliar iniciativa. Garraões são retornáveis e recicláveis, não gerando resíduos. Alterar para diminuição de consumo de água em embalagens

		filtros/purificadores de água nas unidades. Incluir nos novos projetos de construção e de reformas, a previsão de pontos hidráulicos e de energia em locais estratégicos para instalação de filtros/purificadores de água.		plásticas.
	Logística Reversa	Ampliar a logística reversa, por meio da inclusão nos contratos de fornecimento de produtos e serviços ao TRT8, da exigência de recolhimento das embalagens, comprovando a destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010, e as respectivas sanções por possíveis descumprimentos; Orientar funcionários das empresas contratadas pelo TRT8, bem como dos concessionários, permissionários e órgãos parceiros que ocupam os prédios do TRT8 sobre a observância e fiscalização dos procedimentos de coleta seletiva.		A Comissão Socioambiental deve: (1) recomendar para que as unidades requisitantes de materiais (SETIN, COMAP, COMAT, CODSE) incluam nos PPLS (Planos de Projetos de Licitações Sustentáveis) a previsão de coleta seletiva e logística reversa para materiais e produtos definidos na Lei nº 12.305/2010; (2) promover evento de treinamento para os colaboradores terceirizados, inclusive os gestores das empresas contratadas, para observarem os requisitos de coleta seletiva e destinação ambientalmente adequada de resíduos.
	Aperfeiçoar a gestão dos resíduos perigosos gerados no órgão	Realizar pesquisas e levantamentos de entidades coletoras da cadeia de logística reversa nacional e local. Incluir, nos contratos de aquisição de materiais potencialmente perigosos, a previsão de descartes em conformidade com a Lei 12305/2012 – Lei dos Resíduos Sólidos. Realizar parcerias para destinação de pilhas, baterias e outros resíduos. Buscar novas parcerias para o descarte correto dos resíduos perigosos, para os quais ainda não há acordos setoriais de logística reversa.		A Comissão Socioambiental deve (1) recomendar para que as unidades requisitantes de materiais (SETIN, COMAP, COMAT, CODSE) incluam nos PPLS (Planos de Projetos de Licitações Sustentáveis) a previsão de coleta seletiva e logística reversa para materiais e produtos definidos na Lei nº 12.305/2010;
	Expandir o PJe-JT	Garantir os meios tecnológicos necessários à expansão do PJe-JT para 100% das Varas do Trabalho.		O Sistema PJe será implantado no primeiro semestre de 2017 em 5 Varas, das 8 que restam ter o sistema em funcionamento. A precisão para o segundo semestre é implantar nas demais Varas.

	Realizar controle de impressão	Realizar estudo técnico e/ou adquirir software de bilhetagem para implantar controle de impressão de documentos, de forma a viabilizar a apuração do indicador destinado a medir o total de documentos impressos por unidade.		O Tribunal não dispõe de software de bilhetagem para fazer esse tipo de levantamento, por outro lado, há fatos que comprovam que o Tribunal vem reduzindo seu volume de impressão, tal como pode ser observado pelo consumo de papel no almoxarifado. Dessa forma, não acredito ser recomendada a aquisição de software de bilhetagem para confirmar o que pode ser feito por outros meios.
	Criar ilhas de impressão	Realizar estudo técnico preliminar acerca da viabilidade de implantação de ilhas de impressão, com vistas a otimizar gastos.		Iniciativa não iniciada tendo em vista a publicação da Portaria PRESI 201/2016, que padronizou o parque de impressão do TRT da 8ª Região, criando em muitos casos, como por exemplo em Varas e Gabinetes, verdadeiras ilhas de impressão, haja vista que um equipamento passou a atender um setor inteiro do Tribunal. Vale lembrar que a garantia dos equipamentos adquiridos é de 3 anos.
	Realocar impressoras	Realizar estudo para realocação de impressoras instaladas, em função do seu nível de ociosidade, de modo a reduzir a necessidade de aquisição de novos equipamentos.		O mapa de distribuição das impressoras, seguiu o que determina a Portaria PRESI 201/2016 que padronizou o parque de impressão do TRT da 8ª Região.
	Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC)	Revisar critérios de utilização do Sistema e-Doc, com vistas à economicidade e uso racional dos recursos.		A resolução 018/2016, que regulamenta as atividades da Central de Atendimento, a forma de assinatura eletrônica e a utilização do meio eletrônico para a prática de atos processuais e dá outras providências, em seu art 24, suspendeu a utilização do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC), no âmbito do TRT da 8ª Região.
	Telefonia IP	Ampliar e estimular a utilização do Sistema de Telefonia IP (VOIP), distribuindo ramais telefônicos para as unidades de fora da Sede, provendo comunicação gratuita dessas unidades com o Regional.		Será marcada uma reunião com a Diretoria-Geral no mês de março/2017 para redefinição do escopo desse projeto.

	Implantar o Processo Administrativo Eletrônico	Regulamentar e implantar sistema de processo administrativo eletrônico		O PROAD está implementado nas unidades administrativas do Tribunal e será ampliado para as unidades judiciárias neste ano.
	Regulamentar aquisição de papel isento de cloro	Revisar e adequar a Portaria GP nº 470/2007, de modo a contemplar a aquisição de papel isento de cloro elementar (ECF), produzido a partir de fontes renováveis.		Atendida, atualmente, pela observação do Guia de Compras Públicas Sustentáveis.
ÁGUA E ENERGIA	Realizar manutenção preventiva para redução de vazamentos	Elaborar procedimento operacional padrão para controle de vazamentos.		Vistorias são feitas periodicamente, mas serão intensificadas.
	Instalar hidrômetros digitais individuais	Realizar estudo de viabilidade junto às concessionárias de água e esgoto para a instalação de hidrômetros digitais nas unidades do Tribunal.		Estudos de Viabilidade Iniciados para a sede do Tribunal em Belém, Fóruns Trabalhistas de Macapá, Parauapebas e Santarém. Nas demais localidades a previsão é que se iniciem no 2º semestre de 2017.
	Implantar Central de Água	Elaborar estudo de viabilidade para implantação de central para o monitoramento remoto do consumo de água.		Iniciado elaboração de termo de referência. Dificuldade em encontrar tecnologias ou modelos que possam balizar a contratação.
	Implantar Central de Energia	Elaborar estudo de viabilidade para implantação de central de energia para acompanhamento remoto do consumo.		Iniciado elaboração de termo de referência. Dificuldade em encontrar tecnologias ou modelos que possam balizar a contratação.
	Substituir lâmpadas fluorescente por LED	Elaborar estudo de viabilidade técnica e financeira com vistas à substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes por LED, nas unidades do Tribunal.		Nos locais reformados recentemente já estão sendo instaladas lâmpadas LED, porém, costumam queimar bastante, possuindo pouca durabilidade. Além disso, o preço é muito mais alto do que a fluorescente, inviabilizado sua aquisição em virtude dos cortes orçamentários na Justiça do Trabalho.
	Adquirir equipamentos de ar condicionado com maior eficiência energética	Elaborar estudo de viabilidade técnica e financeira com vistas à substituição gradativa dos equipamentos de ar condicionado por equipamentos com o selo A do PROCEL e tecnologia Inverter.		Estudo já realizado. Em Macapá foi implantado o sistema VRF, que está em observação, visto que a DIENG ainda não recebeu a obra na referida localidade. Quanto ao prédio Sede foi realizada consultoria de empresa especializada através do processo nº 1021/2016 que culminou com o projeto visando à implantação de sistema VRF aproveitando o sistema CHILLER já existente, que será implantando de acordo com a disponibilidade orçamentária.

				Paralelamente, essa Divisão está confeccionando TR para aquisição de equipamentos com tecnologia INVERTER para substituição dos equipamentos de refrigeração deste Tribunal.
	Instalar medidores individuais	Elaborar estudo de viabilidade técnica e financeira para a instalação de medidores independentes em todas as unidades do Tribunal.		Em andamento em Belém e Ananindeua. Demais localidades a previsão é que o estudo se inicie no 1º semestre de 2018, face as dificuldades logísticas enfrentadas na região.
GESTÃO DE RESÍDUOS	Implantar Centrais de resíduos recicláveis	Realizar estudo técnico de viabilidade para construção de centrais de resíduos recicláveis com balança para mensuração, na sede e outros fóruns.		Iniciativa não iniciada. Aguarda-se a conclusão e inauguração das obras do prédio que irá abrigar as 19 varas da capital para escolher um dos espaços desocupados, o qual permitirá implantar uma central de resíduos recicláveis, em substituição ao espaço utilizado como depósito de materiais.
	Estimular a coleta de papel reciclável	Aprimorar a logística de coleta de papel (coletores próprios para reuso e reciclagem de papel). Implantar sistemática de coleta separada dos papéis em parceria com a empresa de limpeza e conservação.		Foram adquiridos, por meio de Ata de Registros de Preços, coletores para resíduos recicláveis e não recicláveis com duas e três divisórias para distribuir às unidades do TRT sede e de fora da sede.
	Capacitar os colaboradores terceirizados da sede e dos fóruns sobre a logística da coleta seletiva.	Palestras e reuniões com os representantes e colaboradores das empresas terceirizadas que prestam serviço ao TRT8. Exigência de apresentação do Plano de Trabalho e de recibo contendo a quantidade e tipo de material coletado pelas cooperativas e/ou empresa.		Há previsão nos contratos de limpeza e de manutenção predial deste regional, nos quais são exigidas das empresas contratadas a implementação das respectivas iniciativas.
	Gestão dos resíduos da construção civil	Incluir, nos contratos de obras e reformas, da exigência de apresentação do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, de acordo com a Resolução 307/2002 do CONAMA, e a apresentação de recibo contendo quantidade descartada. Para fins de fiscalização, a contratada deverá comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de		Iniciativa plenamente concluída, visto que em todos os contratos de obras deste regional, são exigidas conforme o disposto nas resoluções e normas técnicas pertinentes.

		Transporte de Resíduos, em conformidade com as Normas Técnicas – ABNT, NBR nos 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004. Incluir, ainda, a previsão de espaço físico e de coletores específicos para a coleta e armazenamento de materiais recicláveis da construção civil.		
QUALIDADE DE VIDA	Programa TRT8 Saúde	Ampliar as ações do Programa TRT8 Saúde, com foco na qualidade de vida no ambiente de trabalho.		Ampliação do calendário de ações abrangendo as datas nacionais alusivas à prevenção de doenças com Campanhas informativas e preventivas de liberação de guias de exames específicos de rastreamento de patologias relativas à Campanha.
	Programa de Ginástica Laboral	Estudo de viabilidade para ampliação e implementação do projeto nas unidades de fora da sede.		Pregão Eletrônico 06/2017 para as localidades: Belém, Ananindeua, Marabá e Macapá. Demais localidades: contratação direta por dispensa de licitação (as localidades deverão apresentar coleta de preços para contratação direta).
	Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO)	Ampliar a realização de ações de promoção da saúde ocupacional relacionadas ao trabalho, observadas as diretrizes da Resolução CSJT nº 141/2014.		Ação de busca ativa para contemplar os usuários que ainda não realizaram o exame periódico.
	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	Aprimorar as ações de prevenção de riscos e doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, observadas as diretrizes da Resolução CSJT nº 141/2014.		Iniciativa não iniciada.
SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Acessibilidade TRT8	Promover capacitação em LIBRAS.		Realização do curso de Libras, na modalidade a distância, no período de 17 de outubro a 30 de novembro de 2016, com a participação de 1 Magistrado e 19 servidores, atuantes com atendimento ao público, tanto na área administrativa e também na judiciária. A iniciativa conta com a atuação dos servidores já capacitados, também atuando como multiplicadores.
	Banco de Boas Práticas	Divulgar as iniciativas e ações que resultaram em impacto positivo quanto aos aspectos		Iniciativa não iniciada.

		ambientais, econômicos e sociais na gestão do TRT 8ª Região.		
	Carona amiga	Estimular a utilização de carona entre os magistrados e servidores do Tribunal		Iniciativa não iniciada.
	Divulgar o Manual de Coleta Seletiva no TRT8	Agregar interatividade ao manual, para facilitar seu manuseio no site; Divulgar o manual aos públicos – corpo funcional e parceiros.		Iniciativa não iniciada.
	Criar campanha de divulgação do TRT8 Sustentável	Elaborar plano de comunicação das ações e resultados do TRT8 Sustentável.		A Assessoria e Comunicação Social (ASCOM) elaborou campanha de sensibilização e conscientização do uso dos recursos materiais do tribunal, do uso racional da água e energia recorrendo ao uso de adesivos nos elevadores, escadas, e etc. Atualmente elaborando plano de comunicação para divulgação do TRT8 Sustentável.
	Plano Anual de Capacitação	Incluir treinamentos voltados para a temática da sustentabilidade nos Planos Anuais de Capacitação.		A temática encontra-se presente nos Cursos Introdutórios – Ambientação Funcional para novos Servidores, bem como no Programa de Aprendizes. Encontra-se também previsto nas ações voltadas ao programa “Saúde em dia” e no curso piloto a distância a ser desenvolvido sobre o tema previsto para o presente exercício. Palestras realizadas a magistrados e servidores ao longo do ano de 2016, contemplando a temática socioambiental, tais como: Gestão de Pessoas em Varas do Trabalho; Gestão de Pessoas como instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho; Avaliação dos programas relacionados com a segurança e a saúde do trabalhador (PPRA, PCMSO E LTCAT); A Magistratura que queremos e Saúde do Magistrado e etc..
	Ampliar a utilização do Google Hangouts	Capacitar e Estimular a utilização das ferramentas da suíte <i>google</i> , como o <i>hangout</i> , para agilizar a comunicação interna e reduzir custos com telefonia.		Já havia sido realizada a capacitação apresentando as ferramentas <u>Google</u> e com isso, o incentivo à utilização do <i>Hangout</i> tornou-se mais acessada. Novas iniciativas passarão a ser desenvolvidas em 2017.

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	Redimensionar postos de vigilância	Realizar estudo técnico preliminar com vistas a redimensionar o quantitativo de postos de vigilância nas unidades do Tribunal.		Estudo Técnico Preliminar em fase de elaboração pela Comissão já designada, a ser concluído no primeiro semestre de 2017.
	Vigilância Eletrônica	Realizar estudo técnico preliminar com vistas a implantação de sistema de vigilância eletrônica (circuitos integrados de CFTV e alarmes contra invasão) nas unidades do Tribunal.		Iniciativa não iniciada.
	Acordo de Nível de Serviço	Estabelecer critérios objetivos de mensuração de resultados dos contratos de limpeza e conservação (Acordo de Nível de Serviço), preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos, nos termos da IN nº 02/08 SLTI.		No estudo técnico preliminar nº 01/2015 (Contratação de Serviços de Limpeza e Conservação) foram estabelecidos, em consonância à IN nº 02/08 SLTI, critérios objetivos capazes de mensurar os resultados da prestação do serviço contratado. Foram criados indicadores de imperfeições e seus respectivos índices que, após análise e avaliação continuada da prestação do serviço pela contratada, possibilitam ao gestor do contrato aferir o fator de aceitação do nível mínimo de serviço, o qual, a depender da faixa de aceitação, repercute sobre o efeito remuneratório do contrato. Cumpre destacar que este Tribunal ainda não possui ferramenta informatizada para o controle.
	Terceirização da Frota	Elaborar estudo técnico preliminar acerca da viabilidade econômico-financeira de terceirizar a frota de veículos oficiais.		Estudo Técnico Preliminar já elaborado pela comissão designada. Concluiu pela não viabilidade da terceirização da frota de veículos oficiais e declarou a viabilidade da contratação do serviço de condução de veículos para transporte de pessoas e pequenas cargas na Região Metropolitana de Belém. Aprovado pela Presidência, Processo foi encaminhado para a Ordenadora de Despesas para se manifestar quanto a disponibilidade orçamentária.
	Programa Frota Sustentável	Elaborar estudo de viabilidade técnica com vistas à implantação de sistema informatizado de gestão de frotas, com utilização de telemetria, nos veículos de serviço.		Iniciativa não iniciada.

	Plano Anual de Aquisição de Veículos (PAAV)	Elaborar o PAAV com base na avaliação do estado da frota de veículos a partir dos mapas de controle do desempenho e manutenção dos veículos, bem como de outras informações relativas aos veículos oficiais, de acordo com a Instrução Normativa SLTI nº 3/2008.		Iniciativa sob responsabilidade da Coordenadoria de Segurança Institucional. Há necessidade de ajustes para formalizar a aprovação do PAAV.
	Unidade de Gestão de Custos	Estruturar unidade vinculada à Secretaria Administrativa voltada para a análise e gerenciamento de custos.		Depende da criação de novos cargos.
	Sistema Integrado de Gestão Orçamentária	Ampliar a utilização do SIGEO para o acompanhamento da gestão orçamentária e financeira.		Iniciativa concluída. Todas as unidades podem acompanhar a execução orçamentária, através do SIGEO.
	Plano de Contingência de Despesas	Assegurar a execução orçamentária em caso de despriorização de ações e/ou contingenciamento de recursos.		Em 2016, por exemplo, em que pese os cortes orçamentários sofridos por esta Justiça Especializada, graças ao Plano de Contingência de Despesas, foi possível a manutenção das atividades.

**Status:* 1) Iniciativa concluída; 2) Andamento normal; 3) Com atrasos não considerados críticos; 4) Com problemas. Necessidade de ajustes imediatos e 5) Não iniciada.